

**OS REFLEXOS DO CICLO ELEITORAL NOS GASTOS PÚBLICOS COM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DO NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**ELECTORAL CYCLE REFLEXES IN GOVERNMENT HEALTH SPENDING IN NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ**

Leila Tiyomi Hirakuri<sup>1</sup>  
 Nilton Facci<sup>2</sup>

artigos  
científicos

**RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo identificar e descrever o comportamento dos gastos públicos com saúde frente ao ciclo eleitoral, nos municípios do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, no período de 2007 a 2017, assim, respondendo à seguinte questão de pesquisa: quais os reflexos do ciclo eleitoral nos gastos públicos com saúde, nos municípios do Norte Pioneiro do Estado do Paraná? Com relação à metodologia utilizada, tem-se que esta pesquisa é de caráter descritivo quanto aos objetivos e, em relação à natureza do problema, classifica-se como aplicada. Quanto à abordagem do problema se fez qualitativamente, enquanto o procedimento técnico caracteriza-se como documental. Na análise dos dados coletados, constatou-se grande variação nos gastos de forma desordenada entre os municípios, de tal forma que não se pode concluir pelo aumento ou redução de gastos exclusivamente em razão do ciclo eleitoral.

**PALAVRAS-CHAVE:** ciclo eleitoral; gastos públicos; saúde.

**ABSTRACT**

This study's objective was to identify and describe the government spending behavior on health in face of the electoral cycle, in the municipalities of Norte Pioneiro do Estado do Paraná, from 2007 to 2017, thus answering the following research question: what are the electoral cycle reflexes in government health spending in the municipalities of Norte Pioneiro do Estado do Paraná? Regarding the methodology used, this research is descriptive in terms of its objectives, and in relation to the problem's nature, it's classified as applied. As for the problem's approach, it was done qualitatively, while the technical procedure is characterized as documentary. In analysis of the collected data, it was noted a large deranged spending variation in the municipalities, in such a way that it was not possible to conclude on the increase or reduction of expenses exclusively due to the electoral cycle.

**KEYWORDS:** electoral cycle; government spending; health.

<sup>1</sup> Pós-graduanda do curso de especialização em Controladoria Pública e Responsabilidade Fiscal pela Faculdade Unina. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Aberta do Brasil em parceria com a Universidade Estadual de Maringá – UEM (2019). Especialista em Perícia Contábil e Auditoria pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2015). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá – UEM (2013).

<sup>2</sup> Doutor em Administração Pública e Governo pela EAESP – FGV/SP (2017). Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Norte do Paraná – Londrina/PR (2000). Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual de Maringá (1998). Professor no curso de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Maringá desde 1996.

## 1. INTRODUÇÃO

Notoriamente, a atuação do governo é alvo de discussões no Brasil e no mundo, seja pelas políticas públicas<sup>3</sup> desenvolvidas, pela forma de governar, pela corrupção, pelas deficiências nas áreas de saúde, educação, segurança, entre outras diversas razões. Segundo Gomes e Sobral (2019)<sup>4</sup> e no mesmo sentido para Sutto (2018)<sup>5</sup>, acabou a ideia de que política não se discute, pelo contrário, as pessoas passaram a compreender a relevância do assunto, entretanto, os autores revelam que ainda há necessidade de evoluir, sobretudo quanto ao conteúdo das discussões, e de maneira mais tolerável.

Além disso, nota-se que com a edição da Lei Complementar nº 131/2009 (Brasil, 2009)<sup>6</sup> e da Lei nº 12.524/2011 (Brasil, 2011)<sup>7</sup>, denominadas, respectivamente, Lei da Transparência e Lei de Acesso à Informação, os Portais da Transparência estão mais completos, carregados de informações orçamentárias, financeiras, de licitações, contratos, convênios e outros, de modo que se tornou mais acessível ao cidadão a consulta – praticamente em tempo real – às informações da Administração Pública.

Com isso, pode-se dizer que além da fiscalização pelos órgãos oficiais – como Tribunais de Contas e Ministérios Públicos – que possuem o papel de examinar o cumprimento às normas legais que permeiam os atos públicos, os cidadãos, por sua vez, têm se revelado como fiscalizadores “extraoficiais”, por meio do controle social. Por esse motivo, o gestor público deve praticar seus atos sempre observando os devidos regramentos jurídicos, primando pela prática de uma gestão fiscal responsável e pelo equilíbrio das contas públicas de sua esfera de governo.

De acordo com o contexto apresentado, o presente estudo vai de encontro com esta premissa, vez que foi instigada pela ideia trazida por Siqueira (2015)<sup>8</sup>, de que os políticos no poder possivelmente se utilizem de instrumentos de política fiscal ou monetária de tal forma que, durante os anos que ocorrem eleições, os gastos públicos aumentam, na intenção de que suas ações apareçam mais, de modo a satisfazer eleitores e, por vezes, é possível observar a ocorrência de um ciclo econômico, no qual os pontos de inflexão coincidem com o ciclo eleitoral.

Embora a referida pesquisa tenha abrangido o assunto apenas como parte de um estudo mais amplo e complexo, entende-se que no quesito da exploração de evidências de ciclo eleitoral na condução da política fiscal o resultado foi positivo,

3 Políticas públicas, conforme magistério de Rúa (2014), são uma das resultantes da atividade política; compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos. Em outras palavras, se pode dizer que a razão de ser da política pública é a resolução de um problema considerado relativamente relevante, afeto à esfera pública, de interesse comum.

4 GOMES, Regiane; SOBRAL, Pablo. **Política**: discussão em alta no Brasil. Disponível em: <<http://codigo.inf.br/aun/politica/politica-discussao-em-alta-no-brasil/>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

5 SUTTO, Giovanna. **A era do “política não se discute” acabou** - e você precisa aprender a lidar com isso. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/7557312/a-era-do-politica-nao-se-discute-acabou-e-voce-precisa-aprender-a-lidar-com-isso>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

6 BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. **Lei da Transparência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de maio de 2009.

7 BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011.

8 SIQUEIRA, Fernando de Faria. **Política fiscal e ciclo político no Brasil**: uma análise empírica. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

pois de acordo com o autor, “Há uma clara assimetria dos multiplicadores fiscais nos períodos antes e depois das eleições, indicando que questões políticas estão influenciando resultados econômicos em uma magnitude a nível nacional” (SIQUEIRA, 2015, p. 101).

Instigados pelo assunto e no interesse de verificar os resultados aplicando-se uma pesquisa semelhante porém noutra dimensão e localidade, definiu-se como objeto da análise os gastos públicos com Ações e Serviços Públicos de Saúde<sup>9</sup>, abrangendo a Mesorregião Norte Pioneiro do Estado do Paraná, formada por 46 municípios, sendo: Abatiá, Andirá, Assaí, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Itambaracá, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz. Assim, o problema que se estabelece é: quais os reflexos do ciclo eleitoral nos gastos públicos com saúde, nos municípios do Norte Pioneiro do Estado do Paraná?

A pesquisa contempla um exercício financeiro anterior e um posterior às três últimas eleições municipais, ou seja, 2007 a 2017, de forma que se possa verificar o comportamento dos gastos justamente nos períodos pré e pós-eleitorais. Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste em identificar e descrever o comportamento dos gastos públicos com saúde frente ao ciclo eleitoral, nos municípios do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, no período de 2007 a 2017.

O trabalho está organizado em cinco partes, incluindo esta introdução. A próxima parte contempla uma explanação dos principais assuntos abordados, enquanto na parte três expõe-se a metodologia adotada para realização da pesquisa. Na quarta parte, são discutidos os resultados obtidos através da análise documental e, por último, apresentam-se as conclusões e sugestões acerca do tema estudado.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de partirmos para a parte prática, é oportuno discorrer acerca dos principais termos que embasaram esta pesquisa, quais sejam: gastos públicos; ciclo eleitoral. Entretanto, para falar de gastos públicos, tratamos inicialmente de finanças públicas, associando-as à gestão pública responsável. Na sequência, discorreremos sobre o ciclo eleitoral e, por fim, encerramos este capítulo com um tópico sobre a mesorregião Norte Pioneiro do Estado do Paraná, onde a pesquisa foi aplicada.

<sup>9</sup> Nesta pesquisa, ao citar o termo saúde, se referirá tão somente ao que faz jus às Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS). De acordo com a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para serem consideradas ASPS, as ações devem estar disponíveis, de forma gratuita a toda a população; deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde; devem estar incluídas no plano de saúde e executadas na função saúde; devendo ser aprovadas pelo Conselho de Saúde e ser de responsabilidade do setor de saúde (BRASIL, 2012).

## 2.1. GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS

### 2.1.1. O GOVERNO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Estado tem como papel a promoção do bem-comum, dos interesses do povo. Nesse sentido, como bem nos assegura Matias-Pereira (2010, p. 62)<sup>10</sup>, “a Administração Pública tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual ou municipal, segundo preceitos de Direito e da Moral, visando o bem comum”. Por este raciocínio, deduz-se que os governantes são os meios políticos que levam o Estado a cumprir seu papel, devendo promover a democracia e a cidadania.

No âmbito federal, o Brasil vivenciou inúmeras variações na forma da gestão pública pelos governos de Juscelino Kubitschek, FHC, Lula, e tantos outros, atualmente sob comando de Jair Messias Bolsonaro. Os estados e municípios também passaram por dezenas de governantes, cada qual com sua forma de atuação, entretanto, a finalidade permanece sempre a mesma: aplicar os recursos públicos para satisfação dos interesses comuns da população.

Em sua pesquisa, Zuccolotto *et al* (2009, p. 57)<sup>11</sup> afirmam, a partir de definições de outros autores, que “o município na administração pública brasileira corresponde ao poder local e, após a Carta Magna de 1988, torna-se uma unidade política autônoma e responsável pela gestão dos serviços públicos dentro de suas fronteiras.”

Assim, no contexto desta pesquisa, pode-se dizer que a administração pública se traduz na gestão dos recursos públicos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Ainda que implicitamente, Matias-Pereira (2010)<sup>12</sup> observa que, independentemente da quantidade de recursos alocados no setor público, o gestor tem o dever de aplicá-los de maneira adequada, o que explica o conteúdo do tópico subsequente.

### 2.1.2. A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

Após muitos descompassos na gestão dos recursos públicos, que ocasionaram excesso de gastos e endividamento, surge a Lei Complementar 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que “Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências” (BRASIL, 2000)<sup>13</sup>. De forma resumida, Zuccolotto *et al* (2009, p. 57) explica os objetivos da LRF:

[...] ação planejada e transparente; prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas; cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; combater o déficit limitando as despesas de pessoal, dificultando a geração de novas

10 MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

11 ZUCCOLOTTI, R.; RIBEIRO, C. P. P.; ABRANTES, L. A. **O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros**. XV Congresso Brasileiro de Custos. V. 28 n. 1 p. 54-69. Curitiba, 2009.

12 MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

13 BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000.

despesas, impondo ajustes de compensação para a renúncia de receitas e exigindo mais condições para repasses entre governos e destes para instituições privadas; e reduzir o nível da dívida pública induzindo a obtenção de superávits primários, restringindo o processo de endividamento, nele incluído o dos Restos a Pagar, requerendo limites máximos, de observância contínua, para a dívida consolidada.

Com a instituição desta lei complementar, fez-se necessário o controle da execução orçamentária e fiscalização da gestão fiscal. Nesse sentido, a LRF representou o início da concepção de que a gestão fiscal seja responsável, além de servir como instrumento de controle social.

Essas ações responsáveis devem ser seguidas por todos os gestores públicos, independente de ideologias, partidos políticos e outros aspectos de caráter pessoal e público. Portanto, a mudança de gestor público não deve, conforme pressupõe a LRF, influenciar aspectos quanto a efetividade na gestão dos recursos públicos. É justamente sobre esse aspecto que trata o item seguinte.

## 2.2. O CICLO POLÍTICO ELEITORAL

Como é sabido, no Brasil as eleições são realizadas a cada dois anos, sempre nos anos pares, sendo alternadas as eleições federais e estaduais (para os cargos de Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador e Deputado Estadual) e as eleições municipais (para Prefeito e Vereadores). Cada um destes cargos possui mandato de quatro anos, com exceção do Senador, que é de oito anos. Esse período entre a eleição até o fim do mandato de determinado cargo é o que aqui denominamos ciclo eleitoral.

Nesta pesquisa, foram buscadas evidências de ciclos político-econômicos municipais, que seria uma possível relação entre as políticas econômicas adotadas pelo governo municipal com o ciclo eleitoral, analisando, para isso, os gastos das prefeituras no decorrer dos anos. Foram buscadas evidências dos ciclos político-econômicos, de maneira semelhante aos trabalhos realizados por Silva e Faroni (2012)<sup>14</sup> e Oliveira *et al* (2014)<sup>15</sup>. Segundo estes autores, há uma variação nos gastos públicos, motivados pelo calendário eleitoral, ou seja, um comportamento oportunista, conforme afirma Nordhaus (1975) *apud* Oliveira *et al* (2014, p. 116), “no sentido de procurar estimular a economia às vésperas de eleições, a fim de aumentar a probabilidade de reeleição”, ou de eleição de candidatos por ele apoiados.

Para verificar evidências das relações entre ciclos político-eleitorais e decisões sobre gastos públicos, foram obtidos dados dos municípios situados na Mesorregião Norte Pioneira do Estado do Paraná. Características dessa região estão apresentadas a seguir.

14 SILVA, Sibebe Penna Silva; FARONI, Walmer. **Ciclos político orçamentários em municípios da zona da mata mineira – 2000/2008**. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar – RaUnP – Ano 4, n.1 (out.2011./mar. 2012). – Natal: Edunp, 2012.

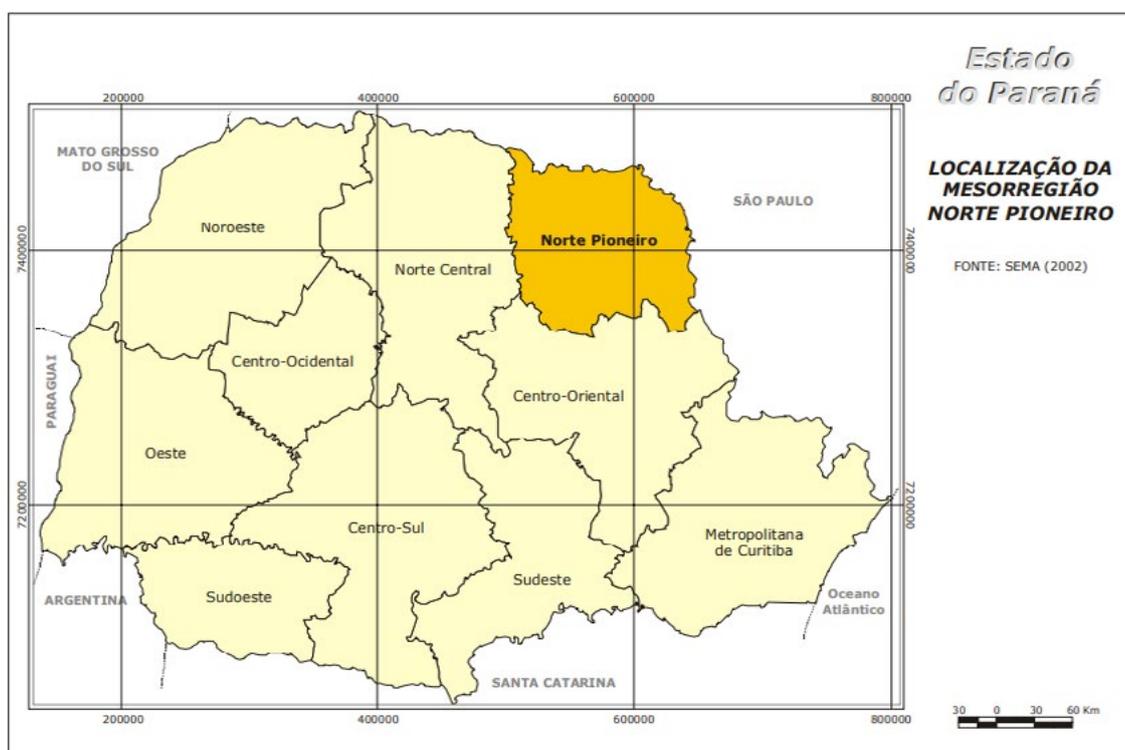
15 OLIVEIRA, K. V.; *et al*. **Calendário eleitoral e gestão pública: uma análise contabilométrica das despesas municipais do estado do Rio de Janeiro no período de 1998 a 2006**. Revista ConTexto v. 14, n. 28, p. 115-126, set./dez. 2014. Porto Alegre, 2014.

### 2.3. A MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO DO ESTADO DO PARANÁ

Conforme previamente discorrido no capítulo introdutório, para fins desta pesquisa, a análise delimitou-se aos municípios situados na mesorregião Norte Pioneiro do Estado do Paraná. De acordo com dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2004, p. 5)<sup>16</sup>, “A mesorregião Norte Pioneiro Paranaense está localizada em porções do Segundo e Terceiro Planaltos Paranaenses e abrange uma área de 1.572.706,1 hectares, que corresponde a cerca de 7,9% do território estadual”, sendo constituída por 46 municípios, objetos da presente pesquisa: Abatiá, Andirá, Assaí, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Itambaracá, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz.

Na figura abaixo, apresenta-se um mapa do Estado do Paraná dividido por mesorregiões geográficas e com destaque para a mesorregião Norte Pioneiro:

Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná



Fonte: IPARDES (2004, p. 6).

<sup>16</sup> IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

### 3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo, realizou-se inicialmente pesquisa bibliográfica, baseada em artigos científicos, dissertação e livros que tratam do tema finanças dentro da gestão pública, dos aspectos ligados à LRF, bem como sobre o ciclo eleitoral e, posteriormente, buscou-se identificar e descrever o comportamento dos gastos públicos com saúde frente ao ciclo eleitoral, nos municípios do Norte Pioneiro do Estado do Paraná, no período de 2007 a 2017.

Desse modo, esta pesquisa tem caráter descritivo quanto aos objetivos e, em relação à natureza do problema, classifica-se como aplicada. Quanto à abordagem do problema se fez qualitativamente, enquanto o procedimento técnico caracteriza-se como documental, uma vez que a coleta de dados se baseou nos “Demonstrativos da Despesa com Saúde, conforme o Anexo XVI do Relatório Resumido de Execução Orçamentária/RREO”, de cada exercício do período de 2007 a 2017, dos municípios da mesorregião selecionada, disponibilizados pelo Ministério da Saúde no sítio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS, 2019)<sup>17</sup>.

Como gastos públicos, foram consideradas as despesas liquidadas, pois essas foram efetivamente realizadas. Além desses valores, também foram coletados os percentuais de aplicação em ASPS, que seria o quanto a despesa liquidada representa do total das receitas com ASPS. Tais dados constam no Anexo 1 deste trabalho.

Dentro do período de análise, considerando que 2008, 2012 e 2016 foram anos de eleição municipal, na análise dos resultados buscou-se identificar possível existência de variação no decorrer do ciclo eleitoral – antes, durante e após as eleições, o que justifica a coleta de dados do período de 2007 a 2017.

Destaca-se, contudo, que não se pode concluir pelo aumento de gastos exclusivamente em razão da ocorrência das eleições, por essa razão, paralelamente ao aspecto orçamentário das despesas, realizou-se um levantamento dos resultados das eleições nos municípios, de forma a apresentar as trocas de gestores e respectivos partidos políticos.

Para tanto, a fim de verificar se nas três últimas eleições municipais houve alteração ou reeleição de prefeito e/ou partido político, foram coletados dados no sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2019a-f)<sup>18</sup> sobre os prefeitos eleitos e seus respectivos

17 SIOPS, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. **Demonstrativo da Despesa com Saúde**, conforme o Anexo XVI do Relatório Resumido de Execução Orçamentária / RREO. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/consleirespfiscal.php>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

18 TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – Eleição Municipal 2012**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2012/1699/PR/municipios>>. Acesso em: 04 jul. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – Eleições Municipais 2016**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2012/1699/PR/municipios>>. Acesso em: 04 jul. 2019b.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2012**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>>. Acesso em: 04 jul. 2019c.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas Eleitorais**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 04 jul. 2019d.

\_\_\_\_\_. **Estatística TSE – Eleições 2008**. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2008/est\\_result/resultadoEleicao.htm](http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2019e.

\_\_\_\_\_. **Resultado da eleição 2004**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em: 05 jul. 2019f.

partidos e coligações (quando existente), para as eleições de 2004, 2008, 2012 e 2016, conforme consta no Anexo 2.

Assim, com os dados levantados, nos pontos de relevante variação nos gastos no decorrer dos anos, foram verificados os aspectos que poderiam ter influenciado para o aumento ou redução nos gastos, como a variação na receita (que pode ser notada pelo percentual de aplicação em ASPS) ou a troca de prefeito.

No entanto, a política está atrelada a outros fatores exógenos a esta pesquisa – como por exemplo ligações entre secretários municipais e partidos políticos antes e após as eleições, composição partidária da câmara de vereadores a cada início de mandato e suas relações com o prefeito. São aspectos que demandam análise mais aprofundada para cada caso, o que não foi aplicado no caso em tela.

Ademais, esta pesquisa contempla vários municípios justamente para que numa análise conjunta possa constatar alguma semelhança entre os municípios e num horizonte temporal de onze anos, de forma que se espera vislumbrar resultados instigantes, que possam, inclusive, servir de inspiração para pesquisas futuras.

Ressalta-se que, em virtude da delimitação do estudo, os resultados oferecem apenas um breve diagnóstico acerca do comportamento dos gastos públicos com saúde frente ao ciclo eleitoral nos municípios da mesorregião Norte Pioneiro do Estado do Paraná, não sendo viável a aplicação de inferências estatísticas.

#### **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Os dados obtidos por meio da pesquisa documental foram tabulados em planilhas eletrônicas, a fim de identificar o comportamento dos gastos públicos com saúde das entidades analisadas. No Anexo 1 constam os gastos com saúde e o percentual de aplicação na referida área. Já no Anexo 2, consta relação dos prefeitos eleitos em cada uma das últimas eleições municipais, com seus respectivos partidos políticos e coligações.

De início, com os dados da saúde, tentou-se elaborar um gráfico para visualizar o comportamento dos valores de todos os municípios da mesorregião analisada, no entanto, a imagem mostrou um emaranhado de informações, de forma que não evidência de forma perceptível sequer alguma lógica para as alterações (aumentos ou reduções) nos gastos com saúde entre os municípios. Aparentemente, cada município tinha um comportamento distinto e de forma desordenada, impossibilitando qualquer afirmação apenas por meio desta ferramenta.

No quesito eleitoral, a partir dos dados coletados sobre os prefeitos eleitos, elaborou-se a Tabela 1, abaixo, onde informa se o prefeito eleito era: MP – mesmo prefeito em exercício; PC – de partido coligado ao partido do prefeito em exercício; ou SR – sem relação com o prefeito em exercício.

Tabela 1 - Alteração de prefeitos nas eleições

MUNICÍPIOS	2008	2012	2016	MUNICÍPIOS	2008	2012	2016
Abatiá	MP	SR	SR	Nova Fátima	SR	MP	SR
Andirá	SR	MP	PC	Nova Santa Bárbara	SR	MP	SR
Assaí	MP	PC	SR	Pinhalão	SR	MP	SR
Bandeirantes	SR	MP	PC	Quatiguá	MP	SR	MP
Barra do Jacaré	SR	MP	SR	Rancho Alegre	MP	PC	SR
Cambará	MP	SR	PC	Ribeirão Claro	SR	MP	SR
Carlópolis	MP	PC	SR	Ribeirão do Pinhal	SR	MP	SR
Congonhinhas	MP	SR	SR	Salto do Itararé	SR	MP	SR
Conselheiro Mairinck	SR	SR	PC	Santa Amélia	MP	SR	MP
Cornélio Procópio	MP	SR	SR	Santa Cecília do Pavão	MP	SR	SR
Curiúva	MP	SR	SR	Santa Mariana	MP	PC	MP
Figueira	MP	SR	MP	Santana do Itararé	SR	MP	PC
Guapirama	MP	PC	MP	Santo Antônio da Platina	SR	SR	SR
Ibaiti	MP	SR	PC	Santo Antônio do Paraíso	SR	MP	SR
Itambaracá	SR	MP	PC	São Jerônimo da Serra	MP	SR	SR
Jaboti	SR	SR	MP	São José da Boa Vista	MP	PC	MP
Jacarezinho	MP	SR	MP	São Sebastião da Amoreira	SR	PC	SR
Japira	MP	SR	SR	Sapopema	SR	MP	PC
Jataizinho	MP	PC	SR	Sertaneja	MP	PC	SR
Joaquim Távora	SR	MP	SR	Siqueira Campos	MP	SR	MP
Jundiá do Sul	SR	PC	SR	Tomazina	SR	SR	PC
Leópolis	SR	MP	PC	Uraí	MP	SR	PC
Nova América da Colina	MP	SR	MP	Wenceslau Braz	SR	MP	SR

Fonte: da pesquisa (2019)

Essas informações, em conjunto com os gastos destinados à saúde, permitiram a análise cujos resultados são descritos a seguir.

Numa primeira análise geral dos gastos com saúde, notou-se que nos primeiros anos analisados, o percentual médio de receitas aplicadas em ASPS era menor, próximo do limite mínimo de 15%. Já nos últimos anos, os municípios passaram a

artigos  
científicos

destinar mais recursos à área da saúde, o que certamente demonstra a importância dada pelos gestores a esta área de atuação. O percentual de aplicação em saúde nestes onze anos de análise, variou de 5,05% (Ribeirão do Pinhal - 2013) a 35,16% (Carlópolis - 2016), entretanto, aplicações inferiores ao limite mínimo de 15% foram esporadicamente identificadas em alguns municípios.

Analisando pormenores, é possível dizer que Abatiá elevou os gastos – em valores e percentuais – em 2016 (ano eleitoral), entretanto, não se pode aferir que a razão tenha sido o ano eleitoral, visto que em 2014 também seu gasto foi acima da média, e em 2017 (novo gestor, sem relação com o anterior) a aplicação permaneceu elevada (em valores e percentuais).

Em 2012, Assaí aplicou menos que no exercício anterior (2011), porém na gestão seguinte (2013-2016), a média foi mais elevada, o que leva a concluir, ao menos neste município, que a destinação dos recursos para esta área de atuação, não está associada ao ciclo eleitoral, mas sim ao perfil de administração de cada gestor. Uns destinando mais para a saúde, e outros menos, conforme a prioridade na percepção de cada um.

De forma semelhante, Quatiguá elevou os gastos nas eleições de 2008 e 2012, seguidos de quedas no ano seguinte, porém na gestão 2013-2016 nota-se mais constante o percentual destinado à área da saúde.

Observando os gastos de Curiúva, também se denota que a destinação dos recursos públicos depende do perfil do administrador, pois até 2012 os gastos com saúde foram medianos, sem muita variação. Já na gestão 2013-2016, em que houve alteração de prefeito, os gastos foram maiores nesta área.

Por sua vez, para as eleições de 2008 e 2012, o município de Bandeirantes corrobora para a ideia da existência de ciclo eleitoral, visto que nestes anos, o percentual de aplicação se elevou perceptivelmente em relação aos anos anteriores daquela gestão. Há indícios de aumento de receitas neste município a partir de 2014, já que os investimentos em valores dobraram em relação ao ano anterior, sem surtir efeito na mesma proporção no percentual de aplicação. Vale observar ainda, que a partir de 2014 os gastos foram mais elevados, sendo que em 2017 houve um “estouro”, com aumento de 4 milhões de reais, e 10% a mais aplicados em saúde.

Para a eleição de 2008, Cambará também demonstra existência de ciclo eleitoral, pois os gastos se elevaram em quase R\$ 2 milhões de reais, e os percentuais se elevaram de 24,82 para 30,65%. Do mesmo modo, em Congonhinhas, pode-se dizer que nas três eleições os gastos se elevaram se comparado ao ano que antecede as eleições e, em 2017, início da atual gestão, os gastos sofreram grande redução, sendo que em valores, aplicou quase a mesma quantia aplicada em 2012.

Em Cornélio Procópio também é notável o aumento nas eleições de 2012 e 2016. Em Figueira, os gastos aumentaram na eleição de 2008, onde conquistou a reeleição

do então prefeito. Em Guapirama, a situação se repete, visto que ocorreu aumento expressivo na destinação dos recursos à saúde em 2008, e o então prefeito foi reeleito. Na eleição de 2012, os gastos se elevaram novamente em relação ao ano precedente e o resultado foi a eleição de um novo prefeito de partido coligado ao de seu antecessor. Em 2016, a situação se repete, e o prefeito eleito é o mesmo já em exercício.

Em 2008, os gastos também foram elevados em Uraí e Sertaneja. Neste último, as despesas foram maiores também no ano eleitoral de 2016. Índícios de ciclo eleitoral também são visíveis em Nova Fátima, porém com variação pouco expressiva. Em cada ano eleitoral, os gastos foram superiores ao ano antecedente e em cada ano pós-eleitoral, os gastos reduziram. Em Nova Santa Bárbara também houve aumento de despesas nos anos de eleição municipal, no entanto não foram necessariamente seguidos de redução nos próximos anos.

Em contrapartida, Rancho Alegre foi em sentido oposto, pois nas 3 eleições, reduziu os gastos com saúde, sendo que na eleição de 2008 ficou até mesmo abaixo o mínimo necessário, aplicando apenas 11,70%.

Diferentemente, Pinhalão apresentou as duas situações, já que em 2008 reduziu expressivamente os gastos e na eleição de 2012, elevou significativamente. Do mesmo modo, na eleição de 2008, São Sebastião da Amoreira gastou mais com saúde do que no ano anterior, porém nas eleições de 2012 e 2016, seus gastos com saúde foram menores do que nos respectivos anos precedentes.

Em 2009 e 2010, uma anormalidade ocorre em Nova América da Colina, que deixou de atingir o percentual mínimo de aplicação em saúde nesses dois anos consecutivos. Estranho porque se trata de uma nova gestão, porém do mesmo prefeito que atuou na gestão anterior.

Ribeirão do Pinhal cometeu a mesma falha, aplicando em 2013 apenas 5,05% das receitas em saúde. Do mesmo modo que Nova América da Colina, trata-se de nova gestão, porém o prefeito eleito é o mesmo da gestão anterior, portanto, resta sem explicação a aplicação de recursos em saúde inferior ao mínimo estabelecido pela lei. Ao mesmo passo, Santa Cecília do Pavão aplicou menos que o mínimo em 2008.

Por seu turno, em Ibaiti a destinação de recursos para a saúde sempre foi elevada, variando de 26,36 a 34,90%. Ao contrário, em Itambaracá, a destinação dos recursos para a saúde sempre foi próxima do limite mínimo de 15%, de forma que nestes 11 anos, não passou de 16,35%. Situação semelhante a Japira e Jataizinho.

Em outros municípios, observou-se aumentos de gastos em anos sem influência no ciclo eleitoral, como Salto do Itararé e Wenceslau Braz, que elevaram notavelmente os gastos em 2015, e Santa Amélia em 2014. Já Santa Mariana, a partir de 2014 passou a aplicar acima de 30% em saúde.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, primeiramente, buscou identificar os gastos com saúde nos municípios da mesorregião Norte Pioneiro do Estado do Paraná e, em paralelo, verificou as alterações de prefeitos nas três últimas eleições, de forma a constatar os reflexos do ciclo eleitoral nos gastos públicos com saúde nestes municípios.

A princípio, os resultados apontaram grande variação nos gastos de forma desordenada entre os municípios, de tal forma que não se poderia fazer qualquer afirmação. Entretanto, analisando mais a fundo cada caso, foi possível identificar em alguns municípios indícios de ciclo eleitoral, como foram os casos de Bandeirantes (2008 e 2012), Cambará, Figueira, Uraí e Sertaneja (2008), Congonhinhas e Guapirama (2008, 2012 e 2016), Cornélio Procópio (2012 e 2016), entre outros.

No entanto, em outros casos, percebeu-se que o comportamento dos gastos foi equilibrado durante toda uma gestão, como nos casos de Assaí, Quatiguá e Curiúva. Tal situação evidenciou que os gastos foram decorrentes do perfil de administração do gestor em exercício, e o ciclo eleitoral influenciou nestes casos.

Em outros municípios, houve até mesmo redução de gastos em anos eleitorais, o que torna ainda mais difícil afirmar que os ciclos eleitorais refletem na destinação de recursos para a saúde.

Desse modo, pode-se dizer que não se pode concluir pelo aumento ou redução de gastos exclusivamente em razão do ciclo eleitoral. Foram constatadas evidências favoráveis ou desfavoráveis quanto aos gastos, no entanto, para associar as variações nos gastos com o ciclo eleitoral, seria necessário um estudo ainda mais aprofundado para cada município, analisando os aspectos que refletiram para a variação identificada em cada ano.

Assim, como sugestão para trabalhos futuros, indica-se a possibilidade de se aplicar esta pesquisa aprofundada no tema, bem como a possibilidade de aplicação da pesquisa em outras áreas de atuação dos municípios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 de maio de 2000.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. **Lei da Transparência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. **Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal [...]**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Lei de Acesso à Informação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011.

GOMES, Regiane; SOBRAL, Pablo. **Política**: discussão em alta no Brasil. Disponível em: <<http://codigo.inf.br/aun/politica/politica-discussao-em-alta-no-brasil/>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais:** Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense. Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, K. V.; *et al.* **Calendário eleitoral e gestão pública:** uma análise contabilométrica das despesas municipais do estado do Rio de Janeiro no período de 1998 a 2006. Revista ConTexto v. 14, n. 28, p. 115-126, set./dez. 2014. Porto Alegre, 2014.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SILVA, Sibeles Penna Silva; FARONI, Walmer. **Ciclos político orçamentários em municípios da zona da mata mineira – 2000/2008**. Revista do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar – RaUnP – Ano 4, n.1 (out.2011./mar. 2012). – Natal: Edunp, 2012.

SIOPS, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde. **Demonstrativo da Despesa com Saúde**, conforme o Anexo XVI do Relatório Resumido de Execução Orçamentária / RREO. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/consleirespfiscal.php>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

SIQUEIRA, Fernando de Faria. **Política fiscal e ciclo político no Brasil:** uma análise empírica. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SUTTO, Giovanna. **A era do “política não se discute” acabou** - e você precisa aprender a lidar com isso. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/7557312/a-era-do-politica-nao-se-discute-acabou---e-voce-precisa-aprender-a-lidar-com-isso>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – Eleição Municipal 2012**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2012/1699/PR/municipios>>. Acesso em: 04 jul. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais – Eleições Municipais 2016**. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2012/1699/PR/municipios>>. Acesso em: 04 jul. 2019b.

\_\_\_\_\_. **Eleições 2012**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>>. Acesso em: 04 jul. 2019c.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas Eleitorais**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 04 jul. 2019d.

\_\_\_\_\_. **Estatística TSE – Eleições 2008**. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2008/est\\_resultadoEleicao.htm](http://www.tse.jus.br/hotsites/estatistica2008/est_resultadoEleicao.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2019e.

\_\_\_\_\_. **Resultado da eleição 2004**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em: 05 jul. 2019f.

ZUCCOLOTTO, R.; RIBEIRO, C. P. P.; ABRANTES, L. A. **O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros**. XV Congresso Brasileiro de Custos. V. 28 n. 1 p. 54-69. Curitiba, 2009.

**ANEXO 1 - DADOS DA SAÚDE****EM VALORES**

MUNICÍPIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abatiá	816.786,45	1.222.423,28	1.323.333,69	1.311.169,04	1.412.653,78	1.736.430,97	1.887.100,80	2.713.884,09	2.613.914,28	3.441.560,89	3.648.186,55
Andirá	2.797.070,82	2.751.801,78	3.202.118,20	3.514.924,08	5.440.322,86	6.006.446,06	6.824.482,70	8.081.780,99	8.081.780,99	9.243.958,58	9.664.688,94
Assaí	1.815.855,62	2.629.510,17	3.183.323,49	2.608.740,66	3.503.690,08	3.405.570,02	5.609.506,17	6.332.151,56	6.034.963,87	6.405.739,34	7.542.711,55
Bandeirantes	3.272.253,84	4.328.718,87	4.153.381,99	4.846.979,29	4.794.152,93	6.342.287,85	4.209.063,08	8.000.856,05	9.257.284,16	8.420.281,70	12.593.659,68
Barra do Jacaré	960.226,12	1.184.554,42	1.282.759,95	1.663.063,79	1.909.796,45	1.671.605,44	1.450.520,36	2.212.286,84	1.820.999,90	2.220.921,11	2.587.464,02
Cambará	4.233.203,00	6.152.532,82	5.568.408,89	5.436.172,74	6.456.260,88	6.998.756,10	8.651.407,99	10.268.631,89	10.355.568,88	10.499.100,43	9.970.528,00
Carlópolis	2.298.781,70	1.969.055,55	2.262.180,65	2.562.770,84	3.742.097,54	4.327.134,57	3.873.010,92	3.713.571,99	6.352.672,80	6.778.141,66	9.056.629,08
Congonhinhas	1.489.332,78	2.210.054,10	1.739.796,48	2.059.946,13	1.720.102,17	3.039.027,49	4.175.665,16	4.008.068,29	4.518.975,50	5.604.346,42	3.099.553,49
Conselheiro Mairinck	905.323,31	1.109.680,16	1.078.878,54	1.317.881,62	1.562.733,44	1.634.857,78	1.836.809,04	2.104.440,00	2.578.983,86	2.308.000,00	2.651.456,79
Cornélio Procopio	5.565.093,16	5.636.760,65	6.842.835,41	8.245.507,17	10.833.722,74	14.445.078,70	14.737.761,60	14.454.678,93	13.182.597,70	17.250.738,72	17.722.569,55
Curiúva	2.130.451,84	2.230.680,06	1.714.077,38	1.942.750,23	2.390.758,09	2.701.030,97	4.437.408,56	4.169.683,73	4.390.967,21	5.782.536,25	5.243.380,94
Figueira	837.390,06	1.552.244,17	1.663.948,20	2.069.445,17	1.879.718,53	2.146.719,30	2.631.795,19	3.013.759,51	3.075.282,39	3.869.311,28	3.981.990,17
Guapirama	828.277,49	1.260.459,95	1.134.206,19	1.534.041,31	1.667.866,37	2.248.845,67	2.358.304,13	2.718.662,61	2.961.973,65	3.621.899,83	3.971.410,90
Ibaiti	4.011.058,21	5.593.830,51	4.674.984,31	6.212.031,31	8.006.629,40	8.761.559,31	9.819.685,65	10.736.168,41	11.913.037,79	11.695.524,71	13.263.339,20
Itambaracá	946.158,97	1.048.685,77	1.112.036,21	1.163.980,65	1.515.803,08	1.506.982,96	1.652.159,45	1.745.110,89	1.872.116,52	2.032.435,30	2.107.671,22
Jaboti	1.101.631,14	1.352.843,49	1.461.178,82	1.643.048,80	2.116.251,04	2.154.964,70	2.290.968,37	2.827.820,80	2.867.987,49	3.472.455,81	3.845.968,26
Jacarezinho	3.815.628,74	4.460.269,37	5.244.456,92	5.125.951,39	6.628.688,96	8.566.862,91	8.707.566,95	11.781.218,68	13.814.502,81	14.659.278,51	15.772.556,88
Japira	908.415,57	1.147.759,87	1.028.472,59	1.117.598,91	1.435.287,76	1.624.311,54	1.620.620,32	1.787.148,20	2.043.009,99	2.344.093,93	2.566.670,12
Jataizinho	1.214.683,73	1.587.677,28	*	1.559.972,68	1.870.113,48	1.995.647,04	2.593.761,69	2.922.845,14	3.140.925,72	2.600.127,01	3.123.561,96
Joaquim Távora	1.217.669,69	1.929.116,88	2.216.547,35	2.339.655,09	3.242.266,62	3.944.940,08	4.254.979,44	4.713.669,66	5.394.918,32	6.560.862,47	7.242.647,14
Jundiá do Sul	1.099.162,83	1.038.954,82	1.256.150,29	1.324.272,30	1.820.391,43	1.901.829,03	1.556.402,72	3.125.587,98	2.640.432,84	3.023.879,52	2.960.662,85
Leópolis	1.212.879,65	1.461.182,74	1.212.558,02	1.332.914,01	1.576.025,51	1.686.936,06	1.974.686,24	2.126.191,42	1.935.780,19	2.401.099,11	3.322.930,42
Nova América da Colina	941.972,27	1.046.995,31	543.699,90	906.757,07	1.565.011,23	1.639.132,38	2.002.251,53	2.256.040,70	1.962.028,09	2.683.142,53	2.610.358,85
Nova Fátima	994.610,76	1.434.903,31	1.270.569,70	1.335.922,33	1.728.303,10	2.055.553,79	2.313.716,58	2.792.345,41	3.062.009,21	3.303.837,11	3.010.420,63
Nova Santa Bárbara	901.152,63	1.208.414,61	836.851,19	1.225.133,28	1.468.889,53	1.735.275,64	1.906.352,98	2.319.553,38	2.366.043,27	2.713.852,43	2.735.362,28
Pinhalão	1.329.727,65	995.865,26	1.208.712,99	1.312.536,97	1.578.224,21	2.720.362,14	2.632.059,69	1.803.515,82	2.858.913,62	2.754.081,36	3.203.796,49
Quatiguá	1.017.676,26	1.455.919,29	1.303.098,46	1.347.038,06	1.695.863,10	2.191.649,19	2.392.806,03	2.721.079,69	2.990.344,29	3.802.803,31	5.199.666,35
Rancho Alegre	1.154.437,36	692.735,01	1.405.526,90	1.607.612,74	1.999.520,72	1.945.202,49	1.870.347,19	2.890.001,96	2.994.010,46	2.899.365,94	3.096.977,82
Ribeirão Claro	1.532.408,10	1.947.264,23	1.769.330,47	2.410.226,04	2.527.058,60	3.047.311,33	3.495.549,93	4.273.657,85	4.771.188,05	5.109.115,69	5.799.677,95

MUNICÍPIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Ribeirão do Pinhal	1.195.835,07	1.580.247,34	1.421.038,22	2.071.682,61	2.553.174,17	2.445.732,08	581.971,31	2.650.690,74	4.025.134,08	3.528.478,06	4.792.454,37
Salto do Itararé	814.931,12	852.270,26	945.312,42	1.320.352,91	1.170.343,43	1.688.060,68	2.151.467,01	2.260.469,95	3.537.325,47	3.309.481,47	2.805.913,22
Santa Amélia	1.054.221,25	1.110.914,85	947.147,53	942.581,48	1.200.000,00	1.459.109,43	1.669.280,40	4.708.539,71	1.984.235,12	2.478.267,80	2.797.638,28
Santa Cecília do Pavão	1.506.501,00	1.265.644,42	1.413.962,29	1.495.893,08	1.571.215,41	1.500.000,00	2.268.932,05	2.332.825,00	2.200.530,44	2.768.161,21	2.871.225,60
Santa Mariana	2.451.261,05	2.971.421,98	2.386.545,93	3.051.226,72	3.661.304,19	4.137.149,55	4.956.113,96	6.954.235,27	7.375.894,21	7.247.839,22	7.876.900,03
Santana do Itararé	749.928,47	962.744,63	1.297.411,26	1.169.646,05	1.350.733,23	1.328.462,35	2.187.925,77	2.063.156,97	2.563.447,26	2.620.456,88	2.963.094,58
Santo Antônio da Platina	3.170.744,03	4.539.448,44	5.376.733,48	5.528.037,56	6.604.147,82	6.545.453,44	8.307.912,66	10.874.116,70	15.107.841,75	18.736.541,78	20.735.420,36
Santo Antônio do Paraíso	914.323,76	994.085,46	1.092.352,11	1.281.843,53	1.464.101,52	1.678.023,01	1.771.603,12	2.134.582,43	2.544.258,84	3.168.042,79	3.291.166,60
São Jerônimo da Serra	1.267.686,30	1.431.273,72	1.766.940,25	2.081.459,43	2.395.560,07	2.262.904,66	2.910.533,46	3.796.376,73	4.199.436,67	4.882.415,43	6.116.300,02
São José da Boa Vista	1.118.480,29	1.464.438,79	1.661.648,40	1.830.714,68	2.094.502,07	2.339.091,55	2.582.763,61	2.895.237,02	3.145.523,92	3.579.836,83	3.981.501,52
São Sebastião da Amoreira	1.263.402,70	1.798.898,27	1.824.426,05	1.420.763,93	2.561.072,39	1.916.884,69	3.072.667,54	3.742.041,66	4.383.828,41	4.247.960,45	4.846.807,04
Sapopema	992.672,67	1.355.133,05	1.424.683,74	1.614.253,80	1.826.771,35	2.124.496,60	2.342.027,89	2.681.708,65	3.054.730,40	3.216.021,01	2.977.710,46
Sertaneja	1.705.861,90	2.288.374,61	2.229.702,07	2.450.017,29	2.540.729,29	2.809.335,54	3.675.728,54	4.291.694,29	4.735.492,21	5.633.749,23	5.932.746,07
Siqueira Campos	1.996.139,63	2.341.834,88	2.720.643,44	2.784.182,26	3.387.521,78	4.198.195,09	5.090.877,01	5.711.377,38	6.861.513,17	8.028.014,01	9.355.259,29
Tomazina	1.275.665,47	1.556.901,86	2.025.962,38	1.370.544,62	1.695.461,68	1.791.061,44	2.521.233,28	2.019.886,64	2.310.143,52	2.430.479,11	2.958.801,71
Uraí	1.344.298,57	897.906,82	2.022.239,70	1.911.402,16	2.065.635,81	1.873.174,67	2.398.531,58	2.979.543,96	4.471.496,46	4.872.222,22	4.832.123,82
Wenceslau Braz	1.661.636,86	2.148.436,55	2.364.131,56	2.844.934,00	3.513.275,92	4.330.365,90	5.357.985,25	6.172.597,76	7.305.034,00	7.236.496,33	8.014.699,53
*ausência de dados informados para Jataizinho 2009.											

artigos científicos

## EM PERCENTUAIS

MUNICÍPIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abatiá	15,59	18,74	21,39	18,58	16,12	18,47	19,20	24,92	22,03	26,46	27,31
Andirá	19,25	16,87	18,84	16,67	22,24	23,35	23,78	24,07	24,07	25,72	25,15
Assaí	15,12	18,49	21,83	15,95	17,90	16,48	22,99	24,04	21,67	22,47	25,88
Bandeirantes	17,59	20,39	18,98	19,61	16,62	20,03	15,08	19,48	21,87	17,80	27,96
Barra do Jacaré	17,63	20,18	21,54	24,20	22,95	19,20	15,47	20,74	15,13	17,88	20,21
Cambará	24,82	30,65	27,45	24,17	24,42	25,53	28,37	29,56	27,93	25,72	23,99
Carlópolis	21,69	18,25	21,93	22,76	23,68	24,93	19,46	17,06	27,51	26,92	35,16
Congonhinhas	21,67	27,17	21,67	22,54	15,98	26,61	31,67	28,84	29,85	33,52	17,52
Conselheiro Mairinck	18,17	19,14	19,60	21,24	20,72	20,61	21,30	22,07	24,68	24,72	28,09
Cornélio Procópio	18,35	15,08	18,16	19,05	20,22	25,89	24,31	22,25	19,17	22,58	21,84
Curiúva	20,12	18,60	15,66	15,09	15,06	16,35	24,12	21,27	21,28	24,88	21,68
Figueira	16,20	24,07	24,98	26,54	21,23	22,86	25,88	26,91	25,53	27,18	27,28
Guapirama	15,74	20,55	19,78	23,33	20,57	26,08	27,00	25,06	25,79	27,13	29,43
Ibaiti	26,36	29,94	24,65	30,03	32,94	33,00	34,45	34,59	34,90	34,84	30,96
Itambaracá	15,16	15,13	16,24	15,12	16,35	15,35	15,04	15,16	15,00	15,16	15,13
Jaboti	21,29	22,52	25,87	25,98	27,52	26,96	25,95	29,01	27,32	29,25	32,12
Jacarezinho	16,79	15,16	18,38	15,05	16,32	18,24	17,10	21,21	22,55	23,03	22,71
Japira	16,19	17,64	16,81	16,02	16,72	17,63	15,57	16,44	17,60	18,39	19,55
Jataizinho	15,66	16,96	*	15,20	15,03	15,06	17,25	18,45	17,84	15,55	15,50
Joaquim Távora	17,36	18,47	21,59	19,67	22,13	24,81	23,50	23,46	23,27	24,87	26,29
Jundiá do Sul	21,91	16,97	22,32	20,78	23,51	23,74	17,84	29,58	25,90	26,94	25,78
Leópolis	19,86	22,90	18,23	18,16	17,69	17,99	18,47	18,26	15,59	17,39	23,41
Nova América da Colina	16,40	15,16	7,93	12,30	17,31	17,44	19,40	19,50	16,98	20,16	20,96
Nova Fátima	16,15	20,16	17,39	16,02	17,54	19,83	19,47	21,11	20,85	21,47	18,53
Nova Santa Bárbara	18,23	21,70	15,72	20,40	20,30	23,06	23,42	25,91	24,83	25,66	25,86
Pinhalão	23,12	15,18	19,02	18,78	18,40	29,70	25,62	16,21	23,67	20,72	23,66
Quatiguá	16,44	20,39	18,34	16,75	17,47	21,12	20,74	21,34	21,61	21,93	26,71
Rancho Alegre	20,85	11,70	22,42	23,26	24,83	22,97	19,58	27,52	26,42	24,44	25,95
Ribeirão Claro	17,32	16,99	15,99	19,06	16,19	17,23	18,17	20,60	20,88	19,74	22,21
Ribeirão do Pinhal	16,14	18,62	15,18	19,70	22,46	20,18	5,05	15,70	21,61	17,22	21,86
Salto do Itararé	16,40	15,12	15,96	20,01	15,07	20,27	24,24	23,30	34,35	28,91	24,90
Santa Amélia	20,52	19,22	17,59	15,59	15,05	16,75	19,27	34,04	20,34	22,80	25,77
Santa Cecília do Pavão	29,67	23,89	26,40	26,16	23,30	18,74	25,62	25,63	23,08	23,01	24,72
Santa Mariana	25,47	26,05	21,66	24,07	25,80	25,04	26,49	34,68	33,41	31,56	33,18
Santana do Itararé	15,02	15,07	21,05	16,97	16,15	15,04	22,45	19,53	22,53	20,75	23,35
Santo Antônio da Platina	15,14	16,41	19,36	17,39	17,45	15,78	18,38	21,09	26,78	29,73	29,85
Santo Antônio do Paraíso	16,04	16,01	17,38	18,20	17,19	18,76	18,25	19,73	22,35	25,30	26,72
São Jerônimo da Serra	16,13	14,60	18,08	19,35	18,77	16,03	19,53	23,04	23,78	24,79	30,27
São José da Boa Vista	19,43	20,28	23,85	23,00	21,62	22,42	22,57	22,92	22,91	24,21	26,24
São Sebastião da Amoreira	16,83	22,57	23,34	16,16	25,41	17,25	24,10	26,94	28,86	25,79	25,68
Sapopema	18,34	19,93	22,54	22,75	21,68	23,28	23,11	24,21	25,63	24,58	22,26
Sertaneja	20,30	25,07	24,31	22,47	20,30	20,57	23,36	24,92	25,43	28,49	27,94
Siqueira Campos	15,95	18,76	18,63	16,99	16,79	18,27	19,63	20,42	22,82	24,14	27,22
Tomazina	20,24	19,96	26,60	15,56	16,37	16,33	20,61	15,27	15,65	15,10	17,46
Uraí	18,36	25,18	21,39	17,79	16,33	15,10	16,83	18,62	26,16	25,92	25,02
Wenceslau Braz	15,51	15,40	17,29	18,10	18,34	21,56	23,87	24,61	26,16	22,74	25,24
*ausência de dados informados para Jataizinho 2009.											

## ANEXO 2 – DADOS DAS ELEIÇÕES

MUNICÍPIO	2004		2008		2012			2016		
	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO
Abatiá	Irton Oliveira Muzel	PMDB	Irton Oliveira Muzel	PMDB	Maria de Lourdes Ferraz Yamagami	DEM	PP / PSC / PPS / DEM / PSB / PSDB	Nelson Garcia Junior	PDT	PT / PP / PDT / PSD / PMDB
Andará	Alarico Abib	PMDB	Jose Ronaldo Xavier	PTB	Jose Ronaldo Xavier	PTB	PT / PTB / PSC / DEM / PHS / PTC / PV / PT do B	Ione Elizabeth Alves Abib	PMDB	PMDB / PTB / SD / PP / PR / PEN / PSDB / PSB / PSD / PPS / REDE
Assaí	Michel Angelo Bomtempo	PDT	Michel Angelo Bomtempo	PMDB	Luiz Alberto Vicente	PSDB	PP / PDT / PTB / PMDB / PR / PPS / DEM / PSDC / PSB / PSDB / PSD	Acacio Secci	PPS	PPS / PTB / PEN / PSL / PSD
Bandeirantes	José Fernandes da Silva	PT	Celso Benedito da Silva	PDT	Celso Benedito da Silva	PDT	PDT / PTC / PP / PSDB / PPS / PMDB / PTB / PR / PRP / PPL / PSL / PTN / PHS / PSC / PSDC / PC do B / PRB / PT / PV / PSB	Lino Martins	PDT	PDT / PMDB / DEM / PRB / PEN / PSB / PTN / PR / PSDC / PPS / PSDB
Barra do Jacaré	Antonio de Freitas Aguiar	PT	Edimar de Freitas Alboneti	PP	Edimar de Freitas Alboneti	PP	PP / PDT / PTB / PSC / DEM / PTC / PSB	Adalberto de Freitas Aguiar	PR	PR / PT / PROS / PV / PMDB / PHS
Cambará	Jose Salim Haggi Neto	PMDB	José Salim Haggi Neto	PMDB	Joao Mattar Olivato	PSB	PSDB / PSL / PR / PTB / PSD / PT / PSC / PRB / PT do B / PSB	Jose Salim Haggi Neto	PMDB	PP / DEM / SD / PSB / PMDB
Carlópolis	Isaac Tavares da Silva	PSDB	Isaac Tavares da Silva	PMDB	Marcos Antonio David	PPL	PT / PTB / PMDB / PPL	Hiroshi Kubo	PSDB	PSDB / PEN / PSB / PHS / PPS / DEM / PV / PSL / PDT
Congonhinhas	Luciano Merhy	PTB	Luciano Merhy	PTB	José Olegario Ribeiro Lopes	PSDB	PSC / PR / PSB / PSDB / PPL	Luciano Merhy	PTB	PMDB / PTB / PDT / DEM / PPS
Conselheiro Mairinck	Luiz Carlos Sanches Bueno	PSC	Juarez Lelis Granemann Driessen	PR	Luiz Carlos Sanches Bueno	PSD	PTB / PMDB / PSC / PPS / PSD	Alex Sandro Pereira Costa Domingues	DEM	DEM / PP / PTN / PPS / PSC / SD / PSD / PMDB
Cornélio Procópio	Amin Jose Hannouche	PDT	Amin Jose Hannouche	PP	Frederico Carlos de Carvalho Alves	PSC	PDT / PTN / PSC / DEM / PT do B	Amin Jose Hannouche	PSDB	PSDB / PSB / PRP / PMB / PV / PTB / PMN / PSL / SD / PRTB / PRB / PT do B / PP / PROS / PSDC / PHS / PEN

artigos científicos

MUNICÍPIO	2004		2008		2012			2016		
	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO
Curiúva	Marcio da Aparecida Mainardes	PSL	Marcio da Aparecida Mainardes	PMDB	Amadeu de Jesus da Silva	PT	PT / PTB / PP / PDT / PSL / PSC / PC do B	Nata Nael Moura Dos Santos	PSC	PSC / PSD / PRP / PP / PTB / PMB
Figueira	Geraldo Garcia Molina	PP	Geraldo Garcia Molina	PMDB	Valdir Garcia	PP	PP / PDT / PSL / PTN / PSC / DEM / PV	Valdir Garcia	PSDB	PSC / DEM / PSDB / PSD
Guapirama	Edui Gonçalves	PMDB	Edui Gonçalves	PMDB	Pedro de Oliveira	PMDB	PTB / PMDB / PSC / PR / PRTB	Pedro de Oliveira	PMDB	PMDB / PV / PDT / PTB / PSB
Ibaiti	Luiz Carlos dos Santos	PFL	Luiz Carlos dos Santos	PSDB	Roberto Regazzo	PSB	PMDB / DEM / PMN / PSB / PRP / PC do B	Antonely de Cássio Alves de Carvalho	PMDB	PMDB / PTB / PSD / PSDB / PSC / PSL / PTN / PT do B / DEM / PROS / PSB / PMN / PPS
Itambaracá	Moacyr Thomé Rodrigues do Carmo	PTB	Amarildo Tostes	DEM	Amarildo Tostes	PSD	PDT / PTB / PMDB / PSC / PR / PSD	Carlos Cesar de Carvalho	PDT	PDT / PTB / PMDB / PR / PPS / PSB / PSDB / PSD
Jaboti	Jorge Domingos de Siqueira	PMDB	Esmair Carvalho de Oliveira	PRP	Vanderley de Siqueira e Silva	PSDB	PSC / DEM / PSDB	Vanderley de Siqueira e Silva	PSDB	PSDB / PSC / DEM
Jacarezinho	Valentina Helena de Andrade Toneti	PT	Valentina Helena de Andrade Toneti	PT	Sergio Eduardo Emygdio de Faria	DEM	PP / PDT / PTB / PSL / PTN / PR / DEM / PRTB / PMN / PSB / PV / PRP / PSDB / PSD / PT do B	Sergio Eduardo Emygdio de Faria	DEM	PRB / PDT / PTB / PSL / PPS / DEM / PSDB / PROS
Japira	João Renato Custódio	PMDB	João Renato Custódio	PMDB	Wilson Ronaldo Rony de Oliveira Santos	PSDB	PDT / PR / PPS / DEM / PSB / PSDB / PSD	Walmir Wellington da Silva	DEM	DEM / PTN
Jataizinho	Wilson Fernandes	PDT	Wilson Fernandes	PDT	Élio Batista da Silva	PDT	PRB / PDT / PT / PTN / PSC / PPS / DEM / PMN / PTC / PSB / PV / PC do B	Dirceu Urbano Pereira	PSC	PSC / PSD / PSDB / PTB / PC do B / PR / PRB / PPS / PHS / PP / DEM
Joaquim Távora	Willian Walter Ovçar	PSL	Claudio Revelino	PR	Claudio Revelino	PR	PDT / PTB / PR / PSB / PSDB / PSD	Gelson Mansur Nassar	PSDB	PSDB / PDT / PTB / DEM / PSL / PSB
Jundiá do Sul	Joel Marciano Rauber	PFL	Valter Abras	PSDB	Jair Sanches do Nascimento	PR	PDT / PMDB / PSC / PR / PSB / PSDB	Eclair Rauen	DEM	PP / PDT / PMDB / DEM / PHS / PSDB / PSD / SD / PROS
Leópolis	Antonio Goncalves	PTB	Cléa Márcia Bernardes de Oliveira	PDT	Cléa Márcia Bernardes de Oliveira	PDT	PDT / PSC / DEM / PSB / PSDB	Alessandro Ribeiro	PSD	PSD / PSC / PDT / PROS / DEM / PMDB / PSDB

MUNICÍPIO	2004		2008		2012			2016		
	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO
Nova América da Colina	Alceste Iwanaga de Santana	PPS	Alceste Iwanaga de Santana	PTB	Ernesto Alexandre Basso	PSDB	PRB / PMDB / PSC / PSDC / PSDB	Ernesto Alexandre Basso	PSDB	PP / PDT / PTB / PMDB / PSL / PSDB / DEM
Nova Fátima	Jose Delanhof	PSL	Nilson Xavier	PDT	Nilson Xavier	PDT	PP / PDT / PT / PTB / PMDB / PSL / DEM / PSDB / PSD	Mario Sergio dos Santos	PPS	PPS / SD / PROS / PT do B / PEN / PSD / PSC
Nova Santa Bárbara	Julio Aparecido Bittencourt	PP	Claudemir Valério	PSDB	Claudemir Valério	PSDB	PP / PDT / PMDB / PSDB	Eric Kondo	DEM	DEM / PTB / PPS / PDT
Pinhalão	Valdomiro Teixeira Fraiz	PDT	Claudinei Benetti	DEM	Claudinei Benetti	PSD	PDT / PSC / PPS / PSD	Sérgio Inácio Rodrigues	PDT	PPS / PDT / PR / PV
Quatiguá	Efraim Bueno de Moraes	PMDB	Efraim Bueno de Moraes	PMDB	Luis Fernando Dolenz	PSDB	PP / PSC / PR / PPS / PSDB	Luis Fernando Dolenz	PSDB	PSDB / DEM / PPS / PROS
Rancho Alegre	Dalvo Lucio Moreira	PMDB	Dalvo Lucio Moreira	PMDB	Edson Dominciano Correa	PT	PT / PTB / PMDB	Darlene do Prado Moreira	PMDB	PMDB / PDT / PTB
Ribeirão Claro	Francisco Carlos Molini	PSDB	Geraldo Maurício de Araújo	PV	Geraldo Maurício Araújo	PV	PDT / PT / PR / DEM / PV / PSD	Mario Augusto Pereira	PSC	PTB / PMDB / PSL / PSC / PSDB / PSB / PR
Ribeirão do Pinhal	Moacir Ribeiro Lataliza	PDT	Dartagnan Calixto Fraiz	PDT	Dartagnan Calixto Fraiz	PSD	PT / PTB / PMDB / PSL / PR / PSD	Wagner Luiz Oliveira Martins	PHS	PHS / PTN
Salto do Itararé	Selmo Adalberto de Carvalho	PSDB	Israel Domingos	PDT	Israel Domingos	PDT	PDT / PTB / PMDB / PTN / PSC / PR / PPS / PSDB	Paulo Sérgio Fragoso da Silva	PRP	PRP / PHS
Santa Amélia	Roderjan Luiz Inforzato	PFL	Roderjan Luiz Inforzato	DEM	Jarbas Carnelossi	PV	-	Jarbas Carnelossi	PV	PMDB / DEM / PV / PHS
Santa Cecília do Pavão	Edimar Aparecido Pereira dos Santos	PDT	Edimar Aparecido Pereira dos Santos	PTB	Jose Sergio Juventino	PPS	PP / PDT / PSC / PPS	Edimar Aparecido Pereira dos Santos	PTB	PTB / PSDB / PV / DEM
Santa Mariana	Maria Aparecida de Souza Lima Bassi	PP	Maria Aparecida de Souza Lima Bassi	PP	Jorge Rodrigues Nunes	PMDB	PP / PT / PTB / PMDB / PR / PPS / PV / PSDB / PSD / PC do B	Jorge Rodrigues Nunes	PMDB	PDT / PR / DEM / PHS / PMDB / PPS
Santana do Itararé	Elcio José Vidal	PSDB	Jose de Jesus Isac	PT	Jose de Jesus Isac	PT	PP / PDT / PT / PSC / PR / DEM / PV / PSD	Joás Ferraz Michetti	PDT	PDT / PT / PV / PP / PSB
Santo Antônio da Platina	José Ritti Filho	PSB	Maria Ana Vicente Guimarães Pombo	PT	Pedro Claro de Oliveira Neto	DEM	PMDB / DEM / PV	Jose da Silva Coelho Neto	PHS	PHS / PTN / PMN

artigos científicos

MUNICÍPIO	2004		2008		2012			2016		
	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO	PREFEITO ELEITO	PARTIDO	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO
Santo Antônio do Paraíso	Wanderley Martins Ferreira	PSDB	Devanir Martinelli	PV	Devanir Martinelli	PV	PDT / PT / PTB / PMDB / PR / PV / PSDB / PSD	Wanderley Martins Ferreira	PSB	PSB / PSDB / PTN / PPS / PT / PRB / PMDB / PP
São Jerônimo da Serra	Carlos Sutil	PPS	Carlos Sutil	PMDB	Adir dos Santos Leite	PSDB	PP / PSL / PSC / PR / PPS / PSDB / PPL	João Ricardo de Mello	PPS	DEM / PSC / SD / PRP / PPS
São José da Boa Vista	Dilceu Bona	PSDB	Dilceu Bona	PSDB	Pedro Sergio Kronéis	PSDB	PRB / PDT / PTB / PMDB / DEM / PSB / PSDB	Pedro Sergio Kronéis	PSDB	PTB / PSB / PSDB / PSC
São Sebastião da Amoreira	Jorge Takasumi	PL	Aginaldo dos Santos	PR	Luiz Fernandes	PR	PDT / PT / PTN / PR / PPS / DEM / PSD	Ademir Lourenço Gouveia	PSB	PSB / PP / PSDB / PROS / PV / PRB / PMN
Sapopema	Roberto Jorge Abrao	PSL	Vera Lucia da Silva Golono	PT	Vera Lucia da Silva Golono	PT	PP / PT / PMDB / PTN / PPL	Gimerson de Jesus Subtil	PDT	PDT / PT / PTB / PMDB / PPS / PMB / PSB
Sertaneja	Neuton de Oliveira	PSL	Neuton de Oliveira	PMDB	Magda Bruniere Rett	PMDB	PDT / PTB / PMDB	Jamison Donizete da Silva	PSD	PDT / PP / PROS / PHS / PSC / PPS / PT / PSDB / PSD / PSB
Siqueira Campos	Luiz Antonio Liechocki	PSDB	Luiz Antonio Liechocki	PMDB	Fabiano Lopes Bueno	PSB	PP / PT / PR / PHS / PSB / PV	Fabiano Lopes Bueno	PSB	PSDB / DEM / PDT / PHS / SD / PMDB / PR / PV / PSD / PSC / PTB / PSL / PTN / PP / PSB / PMB
Tomazina	Luiz de Farias	PFL	Guilherme Cury Saliba Costa	PPS	Guilherme Cury Saliba Costa	PSD	PDT / PT / PMDB / PHS / PRP / PSDB / PSD	Flávio Xavier de Lima Zanrosso	PSD	PMDB / PR / PSB / PSDB / PSD
Uraí	Susumo Itimura	PSDB	Susumo Itimura	PSDB	Almir Fernandes de Oliveira	PPS	PRB / PT / PMDB / PSC / PR / PPS / PSDC / PRTB / PMN / PRP / PPL / PSD	Carlos Roberto Tamura	PSC	PSC / PTB / PSDB / PV / PSD / PSB / PT / PPS / PSDC
Wenceslau Braz	Cristóvam Andraus Junior	PSDB	Atahyde Ferreira dos Santos Junior	PC do B	Atahyde Ferreira dos Santos Junior	PSD	PP / PDT / PT / PSL / PSC / PR / PSDC / PHS / PMN / PTC / PSB / PV / PRP / PSD / PC do B	Paulo Leonar Ferreira Amador	PDT	PDT / PSDC / PHS